

Cidadania

Ato pede aplicação do guia de acessibilidade

Dezenas de pessoas se reuniram na sexta-feira na praça da Matriz de São Bernardo para denunciar o descaso das autoridades da região, que até hoje não aplicaram o guia de acessibilidade apesar dele ter sido regulamentado há quatro anos.

O guia é uma espécie de manual de intervenções urbanas que facilitariam a vida das pessoas com deficiência e lhes garantiria o direito de circulação em qualquer espaço ou ambiente das cidades.

Documento entregue pelos manifestantes lembra que desde 2004 os prefeitos receberam as propostas de políticas públicas sobre acessibilidade que foram elaboradas pelo Movimento Grande ABC para Todos, mas pouco foi feito.

Além de cobrar a efetiva implementação da lei sobre acessibilidade, o ato comemorou a ratificação, por parte do Congresso, da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

PROTEJA SEU PATRIMÔNIO



Seguros de:

- Automóvel
- Saúde
- Vida
- Previdência
- Residência
- Incêndio e roubo

Lacorse
Corretora de Seguros Ltda.
Rua João Basso, 231
Centro - São Bernardo
CEP: 09721-100

Fones: **4271-4273**
4128-4279
4292
Novas linhas: **4127-7015**
Fax: **4127-8805**

País melhor

Desigualdade social cai 7% no Brasil

A desigualdade social caiu 7% nos últimos seis anos no Brasil e passou de 0,593 para 0,552 (quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade).

Os números são do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. O dado segue o coeficiente Gini, indicador adotado internacionalmente.

Essa queda no grau da

diferença social é a mais duradoura já ocorrida nas últimas três décadas.

Dos 74 países para os quais há informações sobre a evolução do coeficiente de Gini ao longo da década de 1990, menos de 25% deles foi capaz de reduzir a desigualdade a uma velocidade superior à alcançada pelo Brasil no período. “Hoje, estamos no menor nível histórico de desigualdade”, diz o pesquisador Ricardo Paes de Barros, um dos autores do estudo.



Renda melhor reduz pobreza

A redução no grau de desigualdade se deve à elevação da renda dos mais pobres, o que levou também o Brasil a reduzir a pobreza e a extrema pobreza.

“Atualmente, a renda do pobre cresce sete vezes mais rápido ao ano que a do rico”, afirma Paes de Barros. No período de 2003 a 2007, a renda familiar per capita cresceu, em média, 5,4% ao ano. Para os mais pobres, a renda avançou 9% ao ano e, para os mais ricos, foram 4% de crescimento.

Comparação

De acordo com o Ipea,

entre 1990 e 2005 a pobreza na América Latina caiu 8,5%.

Já no Brasil a pobreza

caiu 10,2% entre 2002 e 2007.

“Ou seja, em termos de redução na pobreza o Brasil

fez em cinco anos mais do que o restante da América Latina levou 15 anos para fazer”, diz o documento.

13,8 milhões de pessoas saltam de faixa social

Quase 14 milhões de brasileiros subiram de classe social nos últimos sete anos, segundo mesmo levantamento.

Com a divisão da população brasileira em três faixas de rendimen-

tos, mais de 10 milhões de pessoas deixaram o patamar mais baixo, de um terço mais pobre (que recebe até R\$ 545,66 de renda familiar) e passaram a integrar o nível intermediário (que recebe até

R\$ 1.350,82 de renda familiar).

Para melhorar, 3,6 milhões de pessoas saltaram dessa faixa intermediária para o terço superior de renda, que recebe acima de R\$ 1.350,82.

Jardim Limpão

Arrecadações começam a chegar

O Comitê de Cidadania dos Metalúrgicos do ABC que atua na Ford entregou o equivalente a R\$ 500,00 aos moradores do Jardim Limpão, que perderam suas moradias em incêndio no início de setembro.

Segundo Carlos Augusto, coordenador do Comitê, o dinheiro foi convertido em leite, produtos de hi-

giene pessoal e material de limpeza. Ele avisa que a arrecadação às famílias vai prosseguir entre os companheiros e companheiras na Ford até o final deste mês. As caixas de coletas estão nas portarias.

Mais

O pessoal na Itaesbra também entregou uma

primeira leva de alimentos arrecadados na semana passada e, segundo Djalma

Leite, o *Doutor*, do Comitê Sindical, a coleta vai continuar na fábrica.

ODONTOLOGIA

CONVENIO COM O SINDICATO DESDE 1991

Dr. Remilson Teixeira Gomes (Clínico Geral) - Especialista em Periodontia (Gengiva / Tártaro) Especialista em Prótese Dentária

Dr. Antonio Helio Fabio (Implante)

Dr. Lillian Petecof Gomes Ogeda (Trat. Canal - Odontopediatria)

Dr. Altair Nacarato (Bucco Maxilo e Extração Dentes do Ciso)

LABORATÓRIO DE PRÓTESE PRÓPRIO

Rua José Bonifácio, 671 - Salas 1 e 1A - (próximo ao Sindicato) Tel./Fax: 4127-0418 - S. B. do Campo - CEP: 09721-161

Curso de Informática * Exclusivo para sócios e dependentes do SMABC.

Matriculas Abertas

Básico

- ⇒ Introdução Prática
- ⇒ Digitação Dinâmica
- ⇒ Windows Xp
- ⇒ Office Xp
- ⇒ Internet
- ⇒ Novas Tecnologias

Web Design

- ⇒ HTML
- ⇒ Flash
- ⇒ CorelDraw
- ⇒ Dreamweaver
- ⇒ Java Script
- ⇒ Photoshop

R\$ 39,00 mensais

2598-6627
3439-3563

2598-6627
3439-3563

Qualidade ao seu alcance!

ARPS
INGLES E INFORMÁTICA

Quarta-feira
24 de setembro de 2008
Edição nº 2536



Tribuna Metalúrgica



VIDAS INTERROMPIDAS



Keiji Kanashiro



Zoraide Gomes de Oliveira



Lúcia Boaretto

Perseguidos pela ditadura militar, metalúrgicos perderam seus empregos, parte da vida e, agora, tentam uma reparação do Estado brasileiro. Muitas destas histórias foram lembradas ontem, em São Bernardo, durante sessão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. **Página 3**

CSE é reconhecido na Labortub



Assembléia de ontem também votou PLR e vale-compra

Página 2

Trabalhador na Patrizzi exige respeito

Página 2

CUT quer licença de 180 dias para todos

Página 3

13,8 milhões de brasileiros sobem de faixa social

Página 4

notas e recados

Vergonha permanente

Fiscais do trabalho resgataram ontem 141 trabalhadores em situação de escravidão em fazenda de cana em Paracuru, no Ceará.

Reforço

A Lei de Responsabilidade Educacional, que entra em debate após as eleições, prevê uma rede de escolas federais para absorver até 10% dos alunos do nível médio.

Descompasso

Este ano, os gastos de turistas brasileiros no exterior chegaram a R\$ 14 bilhões. Já os turistas estrangeiros deixaram aqui apenas R\$ 6,8 bilhões.

Na forma

A partir de hoje, qualquer contrato deve ser redigido com letras de tamanho 12 (a mesma

deste texto).

Retrocesso

O Tribunal de Justiça de São Paulo extinguiu ontem processo que declarava o coronel Brilhante Ustra responsável por tortura no período da ditadura militar.

Imprudentes

No Estado de São Paulo, 176 mil motoristas ultrapassaram os 20 pontos no primeiro semestre.

Adeus, caipiras

77% das terras de lavoura de São Paulo estão ocupadas por cana.

Deformidade

A Finlândia, onde um maníaco matou 11 estudantes, tem o melhor nível educacional do mundo.

confira seus direitos

Quem dirige embriagado perde o direito ao seguro

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília, tende a inibir que pessoas continuem a beber e a dirigir, colocando em risco sua vida e a das demais pessoas, independente da chamada lei seca.

Segundo decisão recente, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que o acidente de veículo, causado por motorista que estiver dirigindo embriagado, não tem direito a ser indenizado pela seguradora.

O juiz considerou que a embriaguez constitui uma agravante do risco do segurado, não originalmente previsto na apólice. O risco passou a ser agravado com a intenção do segurado em praticar um ato ilícito, já que o motorista que assim procede assume os riscos do acidente.

Além da lei seca

Importante ressaltar que os juízes não se basearam nem mesmo na nova lei seca, como fiber e a dirigir, colocando em risco sua vida e a das demais pessoas, independente da chamada lei seca. Segundo os julgadores do caso, o próprio Código Civil já possuía dispositivos capazes de serem aplicados ao caso, já que todos são obrigados a guardar a boa-fé e a veracidade, não podendo agravar intencionalmente o risco do outro.

Com a nova lei, aplicada somente para acidentes que assim ocorram a partir dela, a jurisprudência tende a confirmar a produzir mais decisões neste mesmo sentido, ressaltando a velha máxima de que "se bebeu não dirija e se for dirigir, não beba".

Departamento Jurídico

Conquista

Labortub reconhece CSE

Os trabalhadores e trabalhadoras na Labortub, em São Bernardo, deram um importante passo para a organização no local trabalho ao assegurar o reconhecimento do Comitê Sindical pela empresa.

Ontem, o Sindicato realizou assembleia na fábrica para comunicar a novidade para a companheirada. Durante o ato, também foram aprovados os reajustes da PLR e do vale-compra, os dois acima da inflação.

"Esse acordo é ótimo para a gente, pois asseguramos organização aqui



Lurdinha comandou assembleia de ontem que aprovou acordo

dentro, além desses bons reajustes nos nossos benefícios", afirma Maria de

Lourdes Santos, membro do Comitê Sindical na empresa.

Patrizzi

Empresa diz não aos trabalhadores

Depois de sinalizar que atenderia parte da pauta enviada pelos trabalhadores há duas semanas, a direção da Patrizzi negou, em reunião ocorrida na segunda-feira, o atendimento de todas as reivindicações.

A Patrizzi tem trabalhadores na Mercedes Benz e na Tupy, em Mauá, e fábrica em São Bernardo.

Ela disse que não topava discutir o vale-compra. Sobre o desjejum, ela fez uma contra-proposta ridícula de 50 centavos por dia. Quanto ao plano de cargos e salários, alegou que iria fazer um levantamento, mas não deu nenhuma garantia de sua implantação. E a CIPA? A empresa só concorda com sua legalização a partir

de novembro, com eleição a ser realizada em janeiro.

Já em relação à PLR, a direção da Patrizzi ofereceu metade do valor que os companheiros na Mercedes vão receber. "São propostas que não atendem os trabalhadores", protestou Moisés Selerges, diretor do Sindicato.

Ele disse que a postura da Patrizzi mostra que ela não quer saber de nada, não quer atender a companheirada.

O Sindicato vai procurar a empresa para reabrir as negociações, desta vez junto com um representante dos trabalhadores na Mercedes. "O pessoal deve ficar mobilizado para defender seus direitos", avisou.

CIPA

Candidatos do Sindicato eleitos na Proema

Os candidatos apoiados pelo Sindicato ganharam as eleições de CIPA nas duas fábricas da Proema, de São Bernardo, realizadas na última quinta-feira.

Os novos cipeiros na fábrica 1 são Jair Dantas, Admilson, Paraíba, André e Nicola. Na fábrica 2, foram eleitos Betão, Airton, Adauto e Alemão.

Bancários

Categoria faz protesto

Cerca de 20 mil bancários atrasaram a entrada em nove centros administrativos na cidade de São Paulo, ontem, em protesto a falta de proposta dos banqueiros.

"A categoria vai intensificar as mobilizações para cobrar seriedade na mesa de negociações", disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A categoria reivindica 13,23% de reajuste.

Acordo grupo 8

Ao contrário do publicado ontem, é de 7,78% o índice de reposição da inflação no acordo do grupo 8 e não 7,97%. O reajuste total é o mesmo, de 11%, índice que tem 3% de aumento real.

O segundo piso, para fábricas de 51 a 500 trabalhadores, foi reajustado em 11% e não em 12%, mas o valor é o mesmo, de R\$ 762,00.

Histórias da categoria

Comissão julga anistia e indenizações a metalúrgicos

Várias histórias de vidas interrompidas por prisões, perseguições e fugas dos agentes da ditadura militar foram lembradas ontem no plenário da Câmara Municipal de São Bernardo, durante a sessão especial realizada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Ao longo do dia, a Comissão analisou 41 pedidos de metalúrgicos com as reivindicações de anistia e reparação econômica, já que perderam seus empregos ou foram prejudicados de outra



Comissão de Anistia realizou sessão na Câmara de São Bernardo

forma entre 1964, ano do golpe militar, até 1985, fim da ditadura.

Ao abrir a sessão, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, disse

que a maior parte dos casos referia-se a participação dos trabalhadores nas chamadas greves históricas, nas décadas de 70 e 80.

Ele alertou também que a Comissão está reverendo os critérios para o cálculo do benefício. Antes, o cálculo era feito com base nos valores pagos no topo de carreira da função do trabalhador perseguido, e agora passou a ser feito com base na média dos salários pagos naquela função. A sessão foi aberta pela manhã e se estendeu até à noite.

"Fui fazer bicos para sobreviver"

Zoraide Gomes de Oliveira era militante da Ação Popular (AP), grupo de esquerda que atuava na clandestinidade com conscientização política dos trabalhadores e, em 1969, foi trabalhar na Cofap.

Entrar numa fábrica era uma das táticas da AP para fazer conscientização dos trabalhadores a resistir à ditadura e lutar pela democratização do País. Depois que se casou com Luiz Henrique, que era da direção da AP, Zoraide foi morar em Belo Horizonte, onde continuou a militância política.

Em dezembro de 1971, ela foi presa, acusada de distribuir panfletos subversivos. O marido, também procurado,



conseguiu fugir.

Ela ficou presa até dezembro de 72, depois foi condenada e passou mais seis meses na prisão. "Tudo isso sem nenhuma prova", conta ela. O pior, disse, foi o desaparecimento de sua filha, que na época tinha 1 ano e meio. "Fui vê-la meses depois, quando pedi para meus pais cuidarem dela".

A partir da prisão, Zoraide teve dificuldade de encontrar serviço. Viveu fazendo pesquisas de opinião pública e outros serviços esporádicos. Em 1981, foi morar em Brasília e lá refez sua vida. Hoje, ela trabalha na Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

"Nunca mais consegui emprego com carteira assinada"

Lúcia Boaretto entrou na Volks em 1973 como auxiliar de escritório e lá ficou até 1980, quando já trabalhava como secretária.

Nascida em família de operários, com pai soldador e irmão ferramenteiro, Lúcia tinha trabalho no bairro onde morava, em Santo André, com os movimentos de alfabetização e de oficinas comunitárias.

Envolvida com a luta dos trabalhadores, participava das greves e fazia arrecadação de doações para o Fundo de Greve. Em 1980, ela foi demitida por justa causa.



"Devem ter me visto em alguma mobilização e meu nome foi parar em alguma lista de pessoas indesejadas que circulavam nas empresas", conta Lúcia. Nunca mais conseguiu emprego com carteira assinada. Na época, vendeu o carro, mudou-se para uma casa modesta e passou a fazer bicos. Entre 1984 e 87 trabalhou de zeladora e depois montou um pequeno comércio, que tem até hoje.

"Parece que ficou uma marca na minha vida, pois nunca mais consegui emprego com carteira assinada", comentou.

"Estava numa lista com mais 150 trabalhadores"

Keiji Kanashiro entrou para a Juventude Estudantil Católica (JEC) aos 16 anos e depois passou a militar na Ação Popular (AP). Participou do movimento estudantil e, em seguida, foi trabalhar na periferia da capital. Em 1971, ainda como militante da AP, foi trabalhar como analista na Mercedes Benz, participando das greves e ajudando no Fundo de Greve.

Em 1980, mesmo com estabilidade negociada pelo



Sindicato, foi demitido da montadora. A partir daí, passou a ter dificuldade de conseguir emprego pois seu currículo era rejeitado em todas as empresas.

"Anos depois, fiquei sabendo de uma lista com cerca de 150 trabalhadores que circulava entre o pessoal de Recursos Humanos aqui da região", comentou.

Ele disse que passou a ter uma vida de altos e baixos. Continuou a estudar e depois de formado foi lecionar.

Direito para todos

CUT quer licença ampliada para mães e pais

A CUT decidiu iniciar uma campanha para orientar os sindicatos a incluir em suas pautas de reivindicações a exigência de que todas as trabalhadoras tenham acesso à licença-maternidade de seis meses de duração.

Na pauta de campanha salarial aprovada sexta-feira passada, os químicos do ABC já incluíram a reivindicação.

Como parte da campanha será elaborado um projeto de lei que amplie a atual licença maternidade no Brasil, que hoje é de quatro meses, para seis meses, e a atual licença paternidade, que hoje é de apenas oito dias, para seis meses, dentro do conceito de responsabilidade compartilhada. Nesse novo cenário, as licenças para mães e pais aconteceriam de forma alternada, uma após o término da outra.

A campanha concentrará esforço para estender a licença-maternidade para seis meses também para as trabalhadoras de micro e pequenas empresas, segmento que ficou de fora do projeto de lei recentemente aprovado

O projeto

Sancionado pelo presidente Lula no início de setembro, o projeto que amplia a licença-maternidade para seis meses oferece isenção fiscal às empresas que optarem pela ampliação do benefício.

Como a ampliação é facultativa, daí a necessidade de pressão dos sindicatos. A nova licença entra em vigor a partir de 2010.

"Seria justo que o projeto estendesse a licença para todas as trabalhadoras, e sem a contrapartida da isenção fiscal. Porém, do modo como aprovado, o movimento sindical tem espaço para pressionar pela ampliação do benefício", afirma a secretária nacional sobre a Mulher Trabalhadora, Rosane da Silva.